

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA
SOUZA**

ETEC JOSÉ MARTIMINIANO DA SILVA

Curso Técnico em Administração

**A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS LGBTQIAP+ NO
MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO COM PROFESSORES EM
RIBEIRÃO PRETO**

Clara V. Marcelino

Gabriel da C. Almeida

Luana B. dos Santos

Mariane de S. Costa

Ribeirão Preto - SP

Dezembro/2022

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA
SOUZA**

Etec JOSÉ MARTIMINIANO DA SILVA

Curso Técnico em Administração

Clara V. Marcelino

Gabriel da C. Almeida

Luana B. dos Santos

Mariane de S. Costa

**A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS LGBTQIAP+ NO
MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO COM PROFESSORES EM
RIBEIRÃO PRETO**

Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso
como requisito básico para a formação do Curso de
Técnico em Administração da Etec José Martimiano
da Silva.

Orientador (a): Prof.^a Marcelo Alves Pereira

Ribeirão Preto – SP

Dezembro/2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

Alunos: Clara V. Marcelino
Gabriel da C. Almeida
Luana B. dos Santos
Mariane de S. Costa

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 30/11/2022

Título: A relevância da participação dos LGBTQIAP+ no mercado de trabalho: um estudo com professores de Ribeirão Preto.

Professor Orientador Marcelo Pereira Alves

Professor Sara Cristina Marques Amancio
Coordenador do Curso de Técnico em Administração

DEDICATÓRIA

Dedicamos a luta, força, e ao amor que a comunidade LGBTQIAP+ representa, e aos professores que compõe essa comunidade e compartilham conhecimento tanto sobre matérias escolares, quanto pessoal sobre quem somos e que não há razões para nos envergonharmos disso.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que nos ajudaram durante a nossa trajetória, em especial, ao Prof. Marcelo Alves Pereira e a Prof. Sara Cristina Marques Amancio pela dedicação, orientação, competência, companheirismo e confiança.

“Assim como o lutador, o guerreiro da luz conhece sua imensa força; e jamais luta com quem não merece a honra do combate.”

(Paulo Coelho)

RESUMO

O Brasil conhecido e respeitado por ser um país rico em diversidade cultural, social, étnica, ainda que alguns membros dessa sociedade tentem mostrar para o mundo a fora o contrário, ele também é aquele que mais mata membros da comunidade LGBTQIAP+. Além das dificuldades durante o processo de autoconhecimento e aceitação sobre a sua identidade de gênero e orientação sexual, aqueles que integram essa comunidade precisam ainda enfrentar as barreiras impostas pela influência da religião e pelo preconceito enraizado historicamente nesta sociedade. Em um país onde a intolerância e ignorância cresce ao longo dos anos, a fim de debater e deixar evidente as consequências do que tais atitudes podem causar na vida dessas pessoas, e também, de mostrar a importância dessa diversidade dentro das Instituições de Ensino, através de pesquisas exploratórias, quantitativas e bibliográficas, foi possível obter dados sobre como o preconceito afeta tanto a vida pessoal quanto profissional dos professores de algumas escolas da cidade de Ribeirão Preto que se identificam como membros da comunidade LGBTQIAP+.

Palavras-Chaves: comunidade LGBTQIAP+; sociedade; preconceito; professores.

ABSTRACT

Brazil, known and respected for being a country rich in cultural, social and ethnic diversity, even though some members of this society try to show the outside world otherwise, is also the country that kills the most members of the LGBTQIAP+ community. Besides the difficulties during the process of self-knowledge and acceptance about their gender identity and sexual orientation, those who are part of this community still have to face the barriers imposed by the influence of religion and by the prejudice historically rooted in this society. In a country where intolerance and ignorance has grown over the years, in order to debate and make evident the consequences that such attitudes can cause in the lives of these people, and also, to show the importance of this diversity inside Educational Institutions, through exploratory, quantitative and bibliographic research, it was possible to obtain data about how prejudice affects both the personal and professional lives of teachers from some schools in the city of Ribeirão Preto who identify themselves as members of the LGBTQIAP+ community.

Key words: LGBTQIAP+ community; society; prejudice; teachers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Casal se beijando durante a Parada do Orgulho LGBTQIAP+.....	18
Figura 2.2 – Bandeira LGBTQIAP+.....	21
Figura 2.3 - Manifestantes a favor da ideologia de gênero.....	25
Figura 2.4 – Luta dos LGBTQIAP+.....	29
Figura 3.1 – Idade dos entrevistados.....	31
Figura 3.2 – Se descobriu membro da comunidade LGBTQIAP+?.....	32
Figura 3.3 - Se assumir membro da comunidade LGBTQIAP+.....	32
Figura 3.4 – Preconceito no ambiente de trabalho.....	33
Figura 3.5 – Dificuldade em continuar em continuar uma aula por causa de preconceito.....	33
Figura 3.6 – Ser agredido fisicamente por ser membro da comunidade LGBTQIAP+.....	34
Figura 3.7 – Influência da religião no ensino brasileiro.....	34
Figura 3.8 – Se tem filhos e se apoiaria se ele descobrisse membro da comunidade LGBTQIAP+.....	35
Figura 3.9 – Mudanças na legislação.....	35
Figura 3.10 – Posicionamento sobre identidade de gênero e orientação sexual na grade curricular.....	36
Figura 3.11 – Influência da religião ao abordar determinado assunto em sala de aula.....	36
Figura 3.12 – Ajudar um aluno que sofreu preconceito.....	37
Figura 3.13 – Preconceito em entrevista de emprego.....	37
Figura 3.14 – Questionamento por pai de aluno.....	38
Figura 3.15 - Questionamento pela direção da escola.....	38
Figura 3.16 – Ter tido um professor membro da comunidade LGBTQIAP+.....	39
Figura 3.17 - O papel dos professores LGBTQIAP+ nas Instituições de Ensino.....	39
Figura 3.18 – Posicionamento sobre a inclusão do vocabulário não-binário na grade curricular.....	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa.....	12
1.1.2. Questões de Pesquisa.....	12
1.3. Objetivos.....	12
1.3.1. Objetivo Geral.....	12
1.3.2. Objetivos Específicos.....	13
1.4. Métodos e Técnicas.....	13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1. Preconceito.....	14
2.2. Como a comunidade LGBTQIAP+ é tratada pela sociedade.....	18
2.2.1. O que é o movimento LGBTQIAP+.....	20
2.2.2. As dificuldades enfrentadas pelos LGBTQIAP+.....	21
2.3. Religião.....	22
2.3.1. Perspectiva da sociedade.....	22
2.3.2. Controvérsias no Estado Laico.....	23
2.3.3. Religião no Sistema Educacional Brasileiro.....	24
2.4. Legislação e Direitos.....	26
2.4.1. Sistema Tribunal Federal e o ensino brasileiro.....	26
2.4.2. Direitos LGBTQIAP+.....	27
2.4.3. Impactos na sociedade.....	29
3. PESQUISA DE CAMPO.....	31
4. CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES.....	46
APÊNDICE A.....	46

1. INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem passado por várias mudanças e uma delas diz respeito a presença do profissional LGBTQIAP+. A dificuldade dos indivíduos em se relacionarem com o que não segue os padrões impostos na sociedade, pode abrir portas para situações conflituosas. Sempre há descontentamentos causados muitas vezes pela ignorância, seja em empresas, instituições de ensino, trabalhos informais etc.

Através de relatos de membros de corpo docente, é possível notar que há muitas dificuldades em atuarem nas suas áreas quando são pegos de surpresa por situações em que a intolerância se faz presente no relacionamento com os pais, ou, membros do corpo acadêmico onde trabalham por causa de suas orientações sexuais. Como foi o caso de uma professora em Campo Grande que chegou a ser demitida após a diretora da escola ter conhecimento do seu relacionamento com outra mulher. A professora demitida chegou a processar o município por danos morais que resultou em uma indenização de R\$25 mil. Nota-se que esse episódio aconteceu simplesmente pela sua orientação sexual, já que não há nenhuma prova de um comportamento indecoroso no ambiente escolar em que lecionava.

Há vários casos com esse mesmo cenário acontecendo ao redor do mundo, evidenciando um problema explícito na nossa sociedade. A sexualidade de um indivíduo não deveria ser colocada em pauta quando o assunto é a sua competência profissional, pois em nenhum momento isso afetará a sua conduta no ambiente de trabalho.

Dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil mostram que cerca de 73% dos estudantes que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são agredidos verbalmente, e 36% são agredidos fisicamente nas escolas, o que mostra como é importante ter profissionais dessa comunidade na área da Educação pois isso pode trazer um conforto e servir de apoio para que esses alunos não se sintam sozinhos ou não acolhidos.

O tempo passa, mas a conduta de uma parcela da nossa sociedade não muda. Dessa maneira é importante estudar como é a vida desses profissionais e respeitar os valores que possuem.

1.1 Justificativa

O tema proposto ainda que amplamente debatido na sociedade torna-se relevante dado em conta que por mais que ele seja discutido, a legislação e as atitudes dos indivíduos que integram a nossa população não mudam. Justificando-se a necessidade de abordar questões voltadas a ele a fim de fortalecer a luta desse grupo contra a LGBTfobia nas Instituições de Ensino.

1.1.2 Questões de Pesquisa

1. O quanto a intolerância pode afetar a vida pessoal e profissional de um LGBTQIAP+?
2. Quais são as formas de agressões contra esses profissionais em seu ambiente de trabalho?
3. Diante do preconceito que enfrentam, é possível afirmar que esses profissionais já tenham repensado sobre desistirem de serem educadores?
4. Como a Instituição deveria agir perante os casos de preconceito entre os seus educadores?
5. Quais são as ações legais que podem estar sendo tomadas em defesa desse profissional diante de um ato preconceituoso dentro da Instituição?
6. O dogmatismo da religião poderia ser uma das razões para a maioria das escolas não educarem os seus alunos sobre questões de identidade de gênero e orientação sexual?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Evidenciar a importância de profissionais LGBTQIAP+ em nas Instituições de Ensino.

1.3.2 Objetivos Específicos

- 1 - Analisar como a intolerância pode interferir na vida pessoal e profissional de um LGBTQIAP+.
- 2 - Estudar as formas de agressão contra esses profissionais em seu ambiente de trabalho.
- 3 - Averiguar se os professores LGBTQIAP+ já chegaram a perder a vontade de continuarem em suas profissões em razão do preconceito que enfrentam.
- 4 – Buscar as atitudes que podem estar sendo tomadas pela Instituição diante de um episódio preconceituoso entre os seus educadores.
- 5 - Explorar dentro da legislação se existe alguma lei que garante que os direitos dos LGBTQIAP+ sejam respeitados dentro do seu ambiente de trabalho.
- 6 – Investigar se a religião interfere na grade curricular das Instituições de Ensino para entender o porquê de não abordarem nas aulas questões de identidade de gênero e orientação sexual.

1.4 Métodos e Técnicas

Os métodos de pesquisas aplicados para a realização desse trabalho seguiram através da pesquisa exploratória para a melhor compreensão do tema apresentado, qualitativa para obter o entendimento do comportamento da sociedade em relação a comunidade LGBTQIAP+ e bibliográfica, para o amadurecimento das questões que foram abordadas

Foram aplicados também questionários por meio do Forms durante mês de Setembro de 2022.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Preconceito

Em Seattle, nos Estados Unidos, centenas de estudantes do ensino médio paralisaram as aulas em protesto à demissão de dois professores. Ambos anunciaram à direção que se casariam com pessoas do mesmo sexo e, em seguida, perderam o emprego na *Kennedy Catholic High School*. Nesse caso alunos do ensino médio apoiando seus professores que sofreram com a descriminalização que sofreram por parte da escola alunos ficaram indignados. (QUEIROZ, 2022)

O Brasil é um dos países com maior incidência de assassinatos motivados por homofobia e tem o maior registro de homicídios de pessoas trans. Essa é a ponta do iceberg: na base que sustenta e autoriza o assassinato motivado por ódio estão muitos outros casos cotidianos de violência física, moral e psicológica. Eles não costumam ser formalmente denunciados, porém são reportados com frequência aos ouvidos dos profissionais de saúde que demonstram empatia. (BEZERRA, 2020)

O medo do preconceito, da violência e de ter a carreira prejudicada de alguma forma ainda faz com que muitos profissionais LGBTQIA+ escondam sua orientação sexual no local de trabalho. Não é raro lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexuais e assexuais se depararem diretamente com a homofobia no ambiente profissional. (VERAS, 2022)

A sexualidade ainda é um tema muitas vezes considerado como tabu, e em função disso, não recebe a atenção que deveria. Entretanto, a importância de falar sobre orientação sexual e identidade de gênero é para que deixem de existir dúvidas e preconceitos, para que as pessoas não sofram mais com convicções equivocadas. (POLETTO, 2021)

Apesar de ter alcançado muitas conquistas ao longo dos anos, a população LGBTQIAP+ ainda enfrenta desafios diários, em relação a direitos como saúde, educação, trabalho, entre outros. As pessoas LGBTQIAP+ ainda têm um longo caminho a percorrer, no que diz respeito a uma vida mais justa, igualitária e sem preconceitos. É de conhecimento geral que nos últimos anos, o Brasil traz números cada vez mais preocupantes com relação à taxa de desemprego. Quando falamos então da situação da comunidade LGBTQIAP+, os desafios são ainda maiores, uma

vez que essas pessoas sofrem diariamente com o preconceito, exclusão, violação de seus direitos e dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho. (FUNDO BRASIL, 2020)

“Na escola, ou a gente se forma, ou a gente se forma. Não é possível dizer que isso não é do seu tempo. O gestor precisa eliminar devagar o seu preconceito. Você tem que aceitar que isso entrou na escola. O pai gay, a mãe lésbica, o professor LGBT. E você não pode fingir que não existe”, afirma Neide Noffs, professora do Departamento de Formação Docente, Gestão e Tecnologias da PUC-SP. (2019)

Uma pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo, revela que 32% dos homossexuais sofrem preconceito dentro das salas de aula e que, de forma geral, os educadores não sabem reagir apropriadamente diante das agressões no ambiente escolar. Dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil mostram que cerca de 73% dos estudantes que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são agredidos verbalmente, e 36% são agredidos fisicamente nas escolas. (MARADEI, 2019)

A professora Jhosy Gadelha leciona espanhol para turmas do Ensino Médio da Escola Estadual Padre Coriolano, em Pacajus (CE), em três turnos: manhã, tarde e noite. Ela atua há mais de dez anos na área e, durante esse tempo, diz que nunca sofreu preconceito ao exercer a profissão. No início de junho, no entanto, Jhosy foi vítima de transfobia em uma loja de roupas evangélicas, onde foi para comprar uma saia de comprimento mais longo, para trabalhar. Lá, foi tratada por pronomes masculinos, mesmo depois de se apresentar como Jhosy e pedir para ser tratada no feminino.” A proprietária da loja usou a religião dela para justificar um preconceito que, na verdade, não tem justificativa”, lembra. “Enquanto eu pedia para ela me chamar de Jhosy, ela dizia que não porque eu não sou mulher. Foi horrível, nunca tinha passado por nada parecido”. (GONZALEZ, 2022)

Infelizmente o público LGBTQIAP+ ainda sofre com a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, inclusive no mercado de trabalho. Mesmo com uma melhora significativa do aumento da conscientização social, muitas pessoas ainda enfrentam obstáculos. Em uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Santo Caos, foi constatado que 61% dos funcionários LGBT's no Brasil escolhem esconder de colegas e gestores a sua orientação sexual por receio de represálias e

possíveis demissões. Já a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais – Antra aponta que 90% desta população está na prostituição.

Muitas vezes, a exclusão que essa população sofre desde a sua infância, os impede de traçar um caminho com educação de qualidade, resultando em alguns casos em uma má formação profissional e, por conseguinte, falta de oportunidade de emprego formal. A discriminação é ainda maior entre pessoas trans e gays denominados como os “afeminados”, aqueles de muitos “trejeitos”, mesmo quando eles possuem as qualificações necessárias, sofrem discriminação e não são contratados. Quando contratados, é frequente que sejam obrigados a seguir normas sociais, ou seja, são instruídos a não falar ou a se vestir de maneira que oculte sua identidade de gênero e sexualidade, provocando um desconforto tão grande, que na maioria dos casos pela pressão sofrida, não aguentam e desistem da vaga. (CATHO, 2021)

O medo de perder o emprego é comum entre os profissionais da comunidade LGBTQIAP+. Uma sombra que, por vezes, já os fez esconder a homossexualidade e, mesmo hoje, após decidirem que não iriam negar quem são, os fazem agir com cautela. Neste caso, para um professor que já é homossexual assumido em seu ambiente de trabalho, talvez se torne mais fácil à convivência, entretanto quando se assume posteriormente, as relações podem sofrer modificações. Entretanto, pode ser que haja um preconceito velado, neste caso porque o professor se comporta da maneira que é esperada pela sociedade e pelo ambiente escolar. (MARTINS, 2019)

A escola deveria se comprometer com uma formação que respeite a diversidade. Alguns projetos pedagógicos que mostram experiências do ensino para combater à homofobia a educação tem um papel fundamental na formação cidadã. Para construir uma sociedade que respeite as diferenças é importante que os centros educativos desenvolvam ações específicas que combatem qualquer forma de discriminação. (FUNIBLOGS, 2017)

A diversidade LGBTQIAP+ no mercado de trabalho é um tema que está em voga há anos e, com ele, também existem desafios e barreiras a serem quebradas. Se de um lado, temos empresas que apenas recentemente começaram a dar os primeiros passos para realizar ações significativas à comunidade LGBTQIAP+, do outro, temos profissionais que continuam se preocupando em revelar sua sexualidade no trabalho e enfrentar possíveis consequências negativas. Por isso mesmo, além de ações que abracem as diferenças, também é preciso rever o quadro de gestores e

considerar uma liderança LGBTQIAP+, que represente a comunidade e tenha um posicionamento ativo. (COSTA, 2019)

Gestores de recursos humanos entrevistados pela pesquisa relataram que sentem resistência nos departamentos e empresas ao apresentarem candidatos LGBTQIAP+. Gabriel Colombo, diretor de aquisição da startup Pontomais, relembra que chegou a ser dispensado de uma oportunidade internacional de trabalho após informar o nome do marido ao preencher os documentos do processo seletivo em que já havia sido aprovado. “Eu já tinha recebido a carta de aceitação para a vaga e tinha respondido com o nome do meu esposo e não de uma esposa. Eles não sabiam como tirar a proposta sem, assumidamente, se posicionar contra ter um executivo LGBTQIAP+”, relata. (PARIS, 2020)

A atual tendência é de que companhias assumam compromissos com a pauta de diversidade e inclusão, ajudando a promover transformações significativas. Com as empresas, que são parte importante da sociedade, se engajando verdadeiramente, veremos efeitos práticos sobre as taxas de desemprego e, conseqüentemente, sobre a situação de vulnerabilidade da população LGBTQIAP+ (BÚSSOLA, 2021)

Integrantes do corpo docente da escola *Citipointe Christian College*, em Brisbane, Austrália, foram chamados para assinar um contrato que deixa claro que eles podem perder o emprego caso sejam abertamente LGBTQIAP+. No mês anterior, o diretor da escola, pastor Brian Mulheran, renunciou ao cargo após desfazer os contratos de matrícula “discriminatórios” para os alunos. De acordo com o documento, a instituição matricularia somente alunos “com base no gênero que correspondesse ao sexo biológico” – ou seja, pessoas cis. Além disso, o documento declara que a homossexualidade e a bissexualidade são pecaminosas, comparando o fato de ser LGBTQIAP+ à bestialidade, incesto e pedofilia. Agora, o contrato dos professores possui uma cláusula que os proíbe de expressar ou falar abertamente sobre a própria sexualidade que não seja “através de relações heterossexuais, monogâmicas, expressas intimamente através do casamento”. (TROMBONI, 2022)



Figura 2.1: Casal se beijando durante a Parada do Orgulho LGBTQIAP+

Fonte: Osan Koze (2015)

2.2 Como a comunidade LGBTQIAP+ é tratada pela sociedade

Segundo Comunicação (2021) mesmo hoje em dia a comunidade LGBTQIAP+ ainda sofre pela sua orientação sexual em sua carreira profissional. Mesmo com a melhora na progressiva aceitação social, ainda há muitos casos de preconceito e discriminação, com isso, muitos ainda são afetados. De acordo com uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Santos Caos, cerca de 61% dos funcionários LGBTQIAP+ no Brasil escolhem esconder sua orientação sexual por medo de serem demitidos.

Os indivíduos LGBTQIA+ são lidos como uma falha, pois não atendem aos critérios normativos do que é ser homem e nem do que é ser mulher dentro da nossa sociedade ocidental. Diante desta realidade, os indivíduos LGBTQIA+ se viram numa espécie de diáspora, que os empurraram para a obscuridade, para os guetos. Onde por muito tempo ali estiveram. (TEIXEIRA, 2019, p. 23)

Segundo PESSOA (2021) julgamentos distorcidos e preconceituosos em relação aos LGBTQIAP+ continuam a ser espalhados em manifestações públicas, gerando uma difícil inclusão social e dificultando o acesso à educação, moradia e saúde.

Ainda é comum ouvir de pessoas imersas no senso comum a famigerada fala “no meu tempo isso não existia”, ou “caso o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro, ele muda o comportamento dele”. Ora, diante de uma sociedade que repreendia sobremaneira qualquer comportamento fora da “heteronormatividade”, não haveria outra saída aos LGBTQIA+ a não ser se esconder nos guetos, nos armários. (TEIXEIRA, 2019, p. 23)

Para Mateus (2021), os problemas como a depressão e ansiedade nas pessoas LGBTQIAP+ são causados pelas várias exclusões que a comunidade sofre, essa exclusão na maioria das vezes começa em casa pela própria família, e com o tempo os problemas só aumentam por conta da escola e em seguida a carreira profissional, os problemas nas faltas de políticas públicas e na falta de saúde resultam na violência sofrida por gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, entre outros. Por conta disso, o fortalecimento de ações e políticas que garantam a atenção à saúde mental são fundamentais para a população LGBTQIAP+, especialmente no pós-pandemia.

De acordo com Barbosa (2019) foi com o passar do tempo que a comunidade LGBTQIAP+ foi conquistando seu espaço e com isso novas leis foram surgindo. São diversas as reivindicações das pessoas LGBTQIAP+ para a legislação brasileira: união civil igualitária, herança, pensão, divisão de bens, registro de filhos de casais homossexuais, doação de sangue para homens gays e bissexuais.

2.2.1 O que é o movimento LGBTQIAP+

Como aponta FERRAZ (2017) as bases para o movimento LGBTQIAP+ teve início no dia 28 de junho de 1969, Greenwich Village, Estados Unidos, nas primeiras horas da manhã, lésbicas, travestis, gays, entre outros enfrentaram policiais e criaram uma rebelião que deram a base para o movimento LGTQIAP+ no Estados Unidos e em seguida no mundo. A Rebelião de Stonewall como foi chamado, teve uma duração de seis dias e o motivo dessa rebelião foi as ações da polícia, que frequentemente promovia batidas e revistas humilhantes em bares gays em Nova Iorque.

Quando o movimento LGBTQIA+ surgiu no Brasil, em 1978, ele era conhecido somente como "movimento gay". O termo refletia a realidade do primeiro grupo surgido no país a carregar essa bandeira: o grupo Somos, então formados majoritariamente por homens. Naqueles anos de ditadura militar, a organização cobrava da sociedade brasileira uma revolução nos costumes. Punha em xeque a moral conservadora da época, em prol de maior liberdade sexual. (CISCATI, 2022)

Para Fábio (2017), atualmente a parada do Orgulho LGBTQIAP+ de São Paulo, é umas das maiores comemorações de diversidade do mundo. Milhares de pessoas se reúnem na Avenida Paulista, todos os anos em um evento que une diversos temas dedicados aos homossexuais, travestis, gays e transexuais.

Nas palavras de Ferraz (2017), dentro do movimento as siglas podem variar dependendo da organização, algumas usam LGBT, outras LGBTT, e outras LGBTQ, e entre outras. Atualmente, a versão mais completa é LGBTPQIAP+. Conheça a representação de cada letra: **L**: Lésbicas, **G**: Gays, **B**: Bissexuais, **T**: Travestis, Transexuais e transgêneros, **P**: Pansexuais, **Q**: Queer, **I**: Intersex, **A**: Assexuais, **+**: Sinal utilizado para incluir pessoas que não se sintam representadas por nenhuma das outras sete letras.



Figura 2.2 – Bandeira LGBTQIAP+

Fonte: Mateus Felipe (2021)

2.2.2 As dificuldades enfrentadas pelos LGBTQIAP+

Segundo Vilaça (2022), a exclusão da comunidade LGBTQIAP+ no mundo é um dos maiores desafios a serem vencidos. Assim como não é possível fazer uma boa estratégia de conservação ambiental sem considerar o ambiente, as comunidades culturais e locais. Dificilmente conseguiremos prosperar como sociedade enquanto excluimos deliberadamente uma parte das instituições políticas públicas e do Estado.

“A parcela de pessoas LGBTQIA+ precisa lutar constantemente contra o preconceito em diferentes esferas da vida e na carreira o cenário, infelizmente, ainda não é diferente. São diversos os desafios que esses indivíduos enfrentam para conseguir um emprego, se sentir confortável no ambiente de trabalho, crescer na carreira e por aí vai” (Cosenza, 2021)

Comunicação (2021) diversas vezes, a exclusão é sofrida desde a infância, e com isso eles não conseguem ter uma educação de qualidade, resultando em uma má formação profissional e em seguida falta de emprego formal.

Geralmente, as pessoas LGBTQ+ podem se sentir incapazes de dar o melhor de si no trabalho, preocupadas com a questão de sua identidade. Conseqüentemente, sentem a necessidade de mentir sobre suas vidas pessoais e fogem de determinadas discussões. É possível também que as pessoas LGBTQ+ sejam alvo de comentários ou piadas inapropriadas. Muitas vezes se sentem sozinhos, sem ninguém com quem compartilhar sua verdadeira identidade, o que pode levar a quadros de ansiedade, depressão e medo de rejeição. (Amarelinho,2020)

“O acesso à saúde é um direito garantido por lei. Oferecido pelo sistema público ou particular, o serviço deveria atender todas as pessoas de forma humana, respeitosa e integral. Porém, essa não é a realidade de muitos integrantes da comunidade LGBTI+” (HONORATO, 2019)

Para Botelho (2020), é comum hoje em dia que a população LGBTQIAP+ seja associada negativamente em relação aos atendimentos prestados pelos serviços de saúde. No entanto, é direito de toda população LGBTQIAP+ ter acesso a serviços oferecidos pelo Sistema de Saúde de maneira igual a todos.

"Uma das queixas das lésbicas, por exemplo, é de que quando chegam aos consultórios são tratadas como se fossem heterossexuais. Quando declaram a orientação sexual, passam a ser tratadas com preconceito, com discriminação. Os exames preventivos são descartados, como se toda a necessidade de prevenção estivesse associada a uma prática heterossexual, e isso é um grande mito. Felizmente não é a totalidade dos profissionais que agem assim" (Tavares, 2011)

2.3 Religião

2.3.1 Perspectiva da sociedade

Segundo Rohregger (2020), a religião é uma criação do ser humano para esclarecer os mistérios que envolvem a sua existência. Desde as primeiras civilizações, toda a sua cultura, vida social e econômica se criou através de um panorama religioso. O teólogo afirma que é a partir do nascimento do cristianismo que

se cria um conceito de valorização do indivíduo e os pilares da civilização ocidental, dando início a construção do conceito da dignidade humana.

Gomes (2011), seguindo uma linha de pensamento de Marx em seu artigo para um projeto de pesquisa do curso de graduação em Filosofia da Faculdade Dom Luciano Mendes, afirma que a humanidade sempre tende a reproduzir algo que vá suprir o sofrimento causado pelas questões que envolvem a vida de um indivíduo, criando-se um Deus que irá apoiá-lo diante das dificuldades e recompensá-lo em um futuro com bens celestiais e vida eterna.

Uma pesquisa realizada pelo jornal Público (2012), questionando o objetivo da religião, 36,3% responderam que encontraram um sentido para a vida, quando os entrevistados foram questionados sobre moral humanitária, 32,7% afirmaram que a religião contribui para que tenham o desejo de ajudar o próximo. Os não-crentes, ao serem questionados, 32,7% afirmaram que o motivo de não escolherem alguma religião diz respeito ao desacordo com as doutrinas e regras de instituições religiosas, enquanto 12,9% ressaltam os maus comportamentos dos padres e 12,2%, os comportamentos duvidosos de indivíduos religiosos.

2.3.2 Controvérsias no Estado Laico

Quando a religião não interfere nas ações do Estado ou não beneficia uma ou algumas religiões mais do que as outras, pode-se dizer que este é um Estado Laico. O conceito da abjunção entre instituições religiosas e o Estado intensificou-se na sociedade após a Revolução Francesa (1789-1799), que ocasionou várias mudanças no governo inglês entre os anos 1789-2004. Entre elas, a adoção de um Estado Laico no sistema do ensino público e a proibição de símbolos e vestes religiosas dentro das instituições de ensino. (Silva, 2017)

O laicismo surgiu no Brasil em janeiro de 1890, a partir do Decreto 119-A, trazendo diversas mudanças para a vida civil e organização governamental, como o casamento civil tendo o reconhecimento do governo, e o casamento religioso ser opcional. (Porfírio, 2022)

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), examinados por Silva (2017), mesmo o Brasil sendo o país com a maior

população de católicos do mundo, totalizando 127 milhões de fiéis equivalentes a 65% da população brasileira, e aproximadamente, 12% da população católica mundial, o país é um Estado Laico. Contudo, há as suas divergências, como por exemplo, a existência símbolos religiosos em setores públicos, como o crucifixo no Supremo Tribunal Federal, e o crescimento da bancada evangélica no Congresso que interfere em determinadas pautas alegando ter ligações com as suas convicções religiosas.

2.3.3 Religião no sistema educacional brasileiro

A participação da bancada evangélica no Congresso, como mencionado anteriormente nesse trabalho, tende a ser uma das preocupações quando se trata do ambiente educativo brasileiro levando em consideração que o Brasil é um país de Estado Laico. Um dos fatores que comprovam esse cenário, foi a campanha difamatória contra o Projeto Escola Sem Homofobia realizado em 2011, e a censura de conteúdos voltados a gênero, sexualidade e direitos humanos, ato que ficou conhecido em 2018 como a expressão “ideologia de gênero” (Carvalho, 2017)

Através do termo usado de forma pejorativa por religiosos conservadores, estes proferem uma ideia incoerente de que abordar certos assuntos relacionados ao gênero e sexualidade dentro das escolas poderia ir contra os valores familiares e induzir os alunos a se tornarem membros da comunidade LGBTQIAP+. (Morais, 2018)

“A educação para a diversidade não é uma doutrinação capaz de converter as pessoas à homossexualidade, como se isso fosse possível. O objetivo é criarmos condições dentro das escolas para que professores e alunos possam aprender e ensinar o convívio com as diferenças que naturalmente existem entre todos.” (MELO, 2018, ONLINE)

Morais (2018), afirma que grupos que defendem o ensino sobre gênero, concordam com o pensamento feminista de que ao tratar sobre o assunto tanto em sala de aula quanto fora dela, seria mais uma forma de combater as desigualdades sociais pautadas entre homem e mulher, e nos estereótipos sobre sexualidade.

A importância de ter uma educação sobre gênero nas Instituições de Ensino, é que dessa maneira, os ambientes escolares seriam mais reflexivos, enfatizando o respeito as individualidades e a liberdade de expressão de cada um. Construiria um sistema que combate a discriminação e preconceitos, principalmente à violência contra a mulher e LGBTfobia. (Morais, 2018)

“Para a UNESCO, no Brasil não resta dúvida de que a legislação brasileira e os planos de educação devem incorporar perspectivas de educação em sexualidade e gênero. Isso se torna ainda mais importante uma vez que a educação é compreendida como processo de formar cidadãos que respeitem às várias dimensões humanas e sociais sem preconceitos e discriminações.” (UNESCO, ONLINE)

Para que seja possível uma parceria entre as escolas e a família, é necessário que ambas as partes estejam dispostas a agirem com compreensão. Os pais devem olhar a instituição com uma perspectiva de que esta é a porta para que os seus filhos saiam do seu ambiente familiar e aprendam coisas novas, a conviver com a diversidade que existe na sociedade brasileira, tirando proveito de uma maneira positiva para o que é diferente, aprendendo a tolerar os entendimentos e vivência de terceiros. (Morais, 2018)



Figura 2.3 – Manifestantes a favor da ideologia de gênero

Fonte: Ravena Rosa, Agência Brasil

2.4 Legislação e Direitos

A legislação trabalhista é composta por um conjunto de leis e resoluções que determinam os direitos e deveres dos trabalhadores, ela reúne os deveres de todo trabalhador e empregador incluindo todos os profissionais do mercado. (Estácio, 2021)

Criada durante o governo Getúlio Vargas incluindo normas regulamentadoras e trabalhistas de 1964-2021. Mas a legislação veio muito antes com o objetivo de sobrevivência, surgiu também à escravidão e os direitos dos trabalhadores, e então a revolução industrial. (Estácio, 2021)

De acordo com uma pesquisa do Fórum (2022), a Constituição Federal especifica em seu artigo os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil, é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo.

Desde 2014, legisladores brasileiros, nos níveis federal, estadual e municipal, apresentaram mais de 200 propostas legislativas para proibir a “doutrinação” ou a chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Essas propostas, que têm como alvo a educação sobre gênero e sexualidade, têm sido objeto de intenso debate político e social no Brasil, com alguns projetos de lei aprovados, muitos ainda pendentes e outros arquivados. (*Human Rights Watch, 2021*).

2.4.1 Sistema Tribunal Federal e o ensino brasileiro

O relatório tem como foco os esforços legislativos e políticos de suprimir abordagens multidimensionais e abrangentes da educação sobre gênero e sexualidade nas escolas públicas de ensino fundamental e médio no Brasil.

Embora as leis e as políticas públicas brasileiras, tanto em nível federal quanto estadual, exijam o ensino da educação integral em sexualidade, a maioria dos esforços de legisladores e grupos conservadores descritos neste relatório visa banir especificamente os conceitos-chave de “gênero” e “orientação sexual” em todas as áreas da educação, inclusive no que se refere aos direitos de meninas, mulheres e

pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). (*Human Rights Watch*, 2021).

Entrevistas com 32 professores e professoras de oito estados brasileiros revelaram hesitação ou medo por parte de alguns em abordar gênero e sexualidade em sala de aula devido aos esforços legislativos e políticos para desacreditar esse conteúdo e, às vezes, em razão do assédio por parte de representantes eleitos e membros da comunidade. Em 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões históricas derrubando oito dessas leis: sete municipais dos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná e Tocantins e uma estadual de Alagoas.

O STF considerou que as proibições violavam os direitos à igualdade, não discriminação e educação, entre outros. Em uma decisão, considerou inconstitucional uma lei que proibiria a chamada “ideologia de gênero” porque seria uma “imposição do silêncio, da censura e [...] do obscurantismo”. (*Human Rights Watch*, 2021).

Dessa maneira, o STF tem sido um importante órgão de contenção destas propostas legislativas, mesmo em um contexto em que o governo Bolsonaro continua buscando intimidar o Tribunal, ameaçando e insultando seus ministros.

Especialistas na educação disseram que as autoridades educacionais precisam fazer mais para aumentar o conhecimento sobre essas decisões a fim de garantir que professores, pais e outros responsáveis legais saibam que os professores têm a liberdade de ensinar essas disciplinas, de acordo com o currículo escolar. (*Human Rights Watch*, 2021).

2.4.2 Direitos LGBTQIAP+

Segundo Daniliauskas (2010), os assuntos LGBTQIAP+ concentram-se principalmente em generalizar direitos em um contexto de desigualdades, na diretriz 10 (Garantia de igualdade na diversidade), Objeto estratégico V: Garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. O texto se refere a questões LGBTQIAP+ ora por direitos de pessoas gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais/LGBTQIAP+, ora por respeito à orientação sexual e identidade de gênero e ainda há uma referência às militantes da diversidade sexual.

No ano de 2018, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito à alteração de nome e gênero

no registro civil sem a necessidade de procedimento cirúrgico para redesignação de sexo e de ação judicial. (Politize, 2021)

Em 2019, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, o STF decretou a possibilidade de atos homofóbicos e transfóbicos serem punidos como racismo, com base na Lei nº 7.716/1989, até que uma lei específica que trate sobre a homofobia e transfobia sejam elaboradas. (Politize, 2021)

Em 2020, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5543, o órgão reconheceu que homens bissexuais e homossexuais podem doar sangue a terceiros no Brasil, eliminando a restrição que existia no país desde 1991. A proibição existia devido a uma ideia preconceituosa de que esses indivíduos estariam mais propensos a portarem infecções sexualmente transmissíveis. (Politize, 2021)

Durante esses anos a conquista dos direitos ainda continua reforçando a importância do combate ao preconceito na busca por igualdade para reforçar e ampliar o conhecimento a respeito das garantias das pessoas LGBTQIAP+. Hoje as pessoas LGBTQIAP+ tem direito a união estável, casamento civil, a transfobia e homofobia foi ao crime de racismo pelo Congresso Nacional, identidade de gênero (a possibilidade de ratificação do nome e do gênero), doar sangue (a maioria dos ministros, decidiu que normas do ministério da saúde e da agencia nacional de vigilância limitem a doação de sangue por pessoas gays) e a adoção, o STF manifestou a relatoria da ministra Carmem Lucia sobre a possibilidade de adoção por casais homoafetivos sem restrição de idade.



Figura 2.4 - Intolerância e violência contra grupos LGBTQIA+ e a criminalização da homofobia

Fonte: Maia, 2021

2.4.3 Impactos na Sociedade

Mesmo que exista uma luta constante no Brasil para que tenha uma legislação mais rigorosa contra a homofobia e os preconceitos de gênero, os dados mostram que essa comunidade enfrenta inúmeras dificuldades, inclusive no mercado de trabalho, por medo de perder o emprego ou ser julgado. Esse preconceito, na maioria das vezes, vem de colegas de trabalho, isso acaba fazendo a empresa perder bons profissionais devido ao preconceito (Conexão Saúde, 2022).

Segundo *Human Rights Watch*, o relatório tem como foco os esforços legislativos e políticos de suprimir abordagens em diversos aspectos da educação sobre gênero e sexualidade nas escolas públicas de ensino fundamental e médio no Brasil. Embora as leis e as políticas públicas brasileiras, tanto em nível federal quanto estadual, exijam o ensino da Educação Integral em Sexualidade (EIS), a maioria dos esforços de legisladores e grupos conservadores descritos neste relatório visa banir especificamente os conceitos - chave de “gênero” e “orientação sexual” em todas as

áreas da educação, inclusive no que se refere aos direitos de meninas, mulheres e pessoas LGBTQIAP+.

O STF tem sido um importante órgão de contenção destas propostas legislativas, mesmo em um contexto em que o governo Bolsonaro continua buscando intimidar o Tribunal e ameaçado e insultado seus ministros. Especialistas em educação disseram à *Human Rights Watch* que as autoridades educacionais precisam fazer mais para aumentar o conhecimento sobre essas decisões a fim de garantir que professores, pais e outros responsáveis legais saibam que os professores têm a liberdade de ensinar essas disciplinas, de acordo com o currículo escolar. Alguns legisladores brasileiros se opõem à educação sobre gênero e sexualidade dizendo se tratar de “sexualização precoce”.

3. PESQUISA DE CAMPO

A Pesquisa de Campo aqui apresentada, foi realizada em setembro de 2022, através de formulários enviados por meio do Google Forms. Respondida por seis professores da rede Pública de Ribeirão Preto para evidenciar a relevância de professores da comunidade LGBTQIAP+ no ensino, e enfatizar a importância de debater seriamente sobre esse assunto.

Na figura 3.1, nota-se que 60% dos entrevistados têm uma idade média de 30 a 40 anos, sucedida pelos 40% dos entrevistados com uma idade superior a 40 anos.

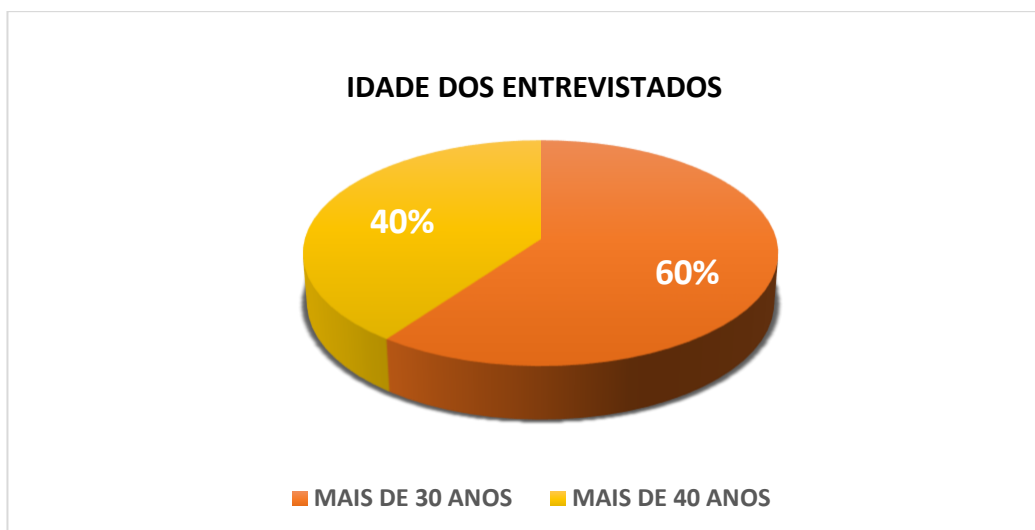


Figura 3.1 - Idade dos entrevistados

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura 3.2, observa-se que a maioria dos professores entrevistados se descobriram como membros da comunidade LGBTQIAP+ a partir dos 30 a 40 anos somando um total de 67%, sucedido pelo grupo que sempre soube somando um total de 33%.

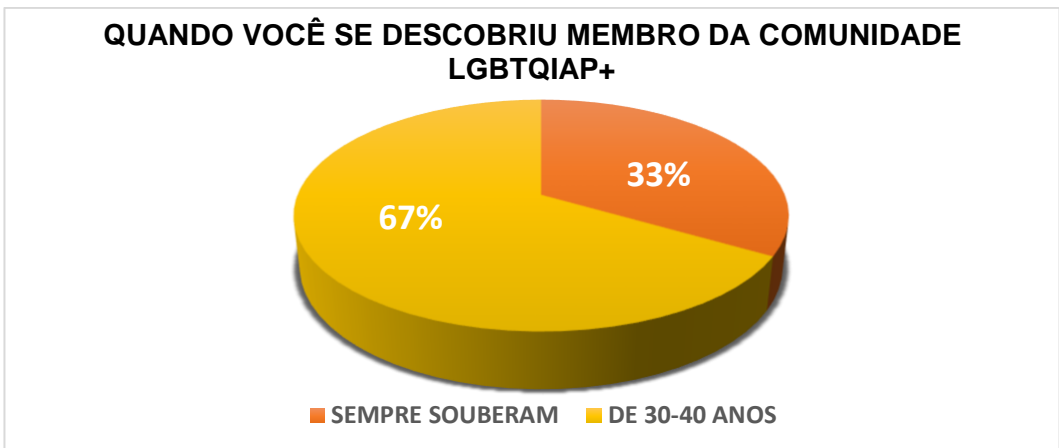


Figura 3.2 – Se descobrir membro da comunidade LGBTQIAP+

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A figura 3.3, aponta que apenas 33% nos entrevistados se assumiram depois dos 30 anos, seguido pelos 67% que se assumiram dos 20 a 30 anos.

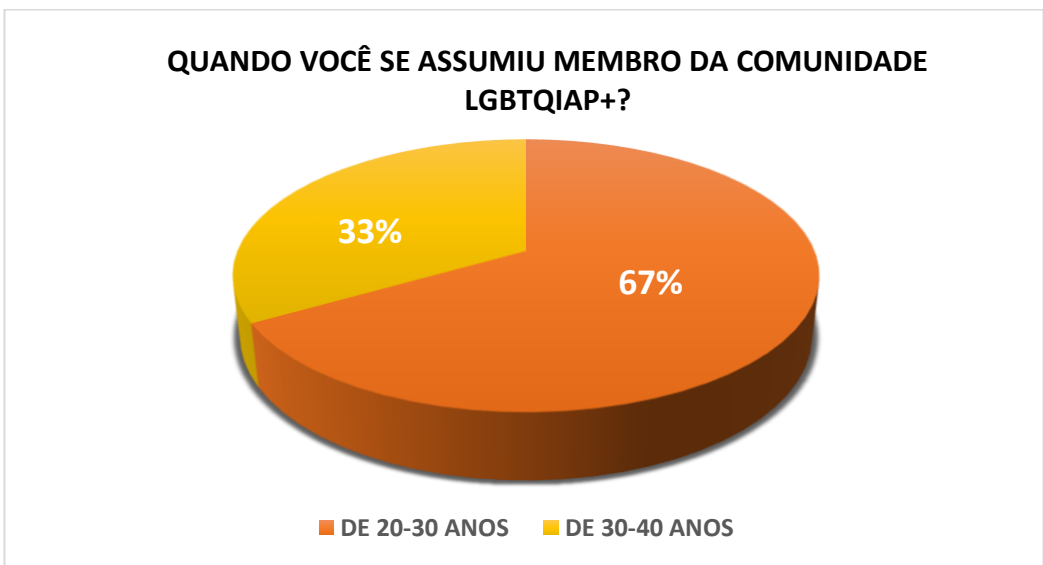


Figura 3.3 - Se assumir membro da comunidade LGBTQIAP+

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A figura 3.4, mostra que todos os professores da comunidade LGBTQIAP+ que foram entrevistados sofreram algum tipo de preconceito devido a sua orientação sexual.

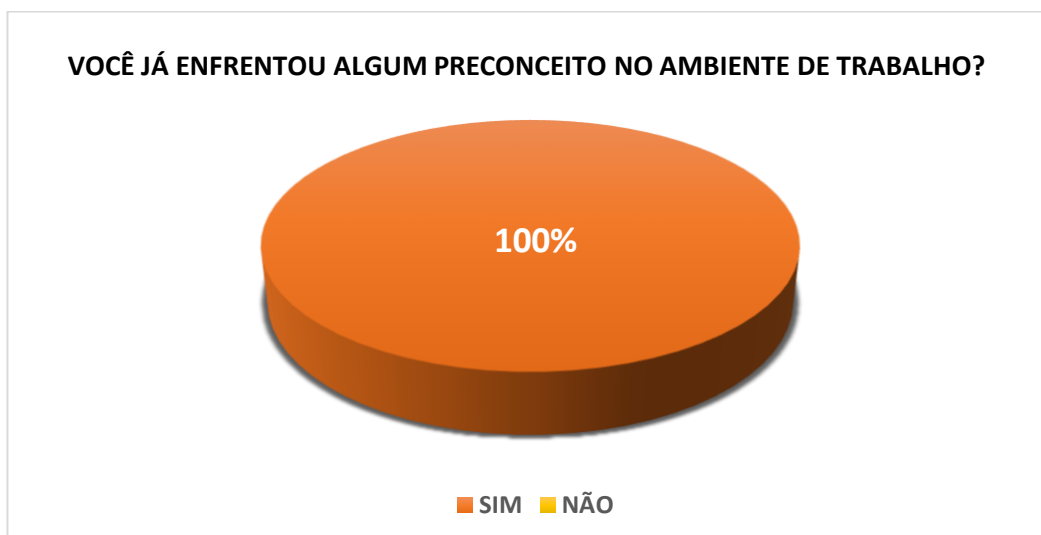


Figura 3.4 – Preconceito no ambiente de trabalho

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Observa-se na figura 3.5, que 67% dos entrevistados afirmam nunca terem tido problemas na sala de aula por conta do preconceito, seguido pela outra parcela de 33% que já tiveram a aula interrompida pelo preconceito.



Figura 3.5 – Dificuldade em continuar em continuar uma aula por causa de preconceito

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A figura 3.6, informa que nenhum dos entrevistados já foi agredido fisicamente por ser membro da comunidade LGBTQIAP+.



Figura 3.6 – Ser agredido fisicamente por ser membro da comunidade LGBTQIAP+

Fonte: Elaborados pelos autores (2022)

Na figura 3.7, nota-se que 50% dos entrevistados acham a religião ruim por interferir no ensino, sucedido pelos 50% restantes afirmando que enxergam uma grande influência dela.

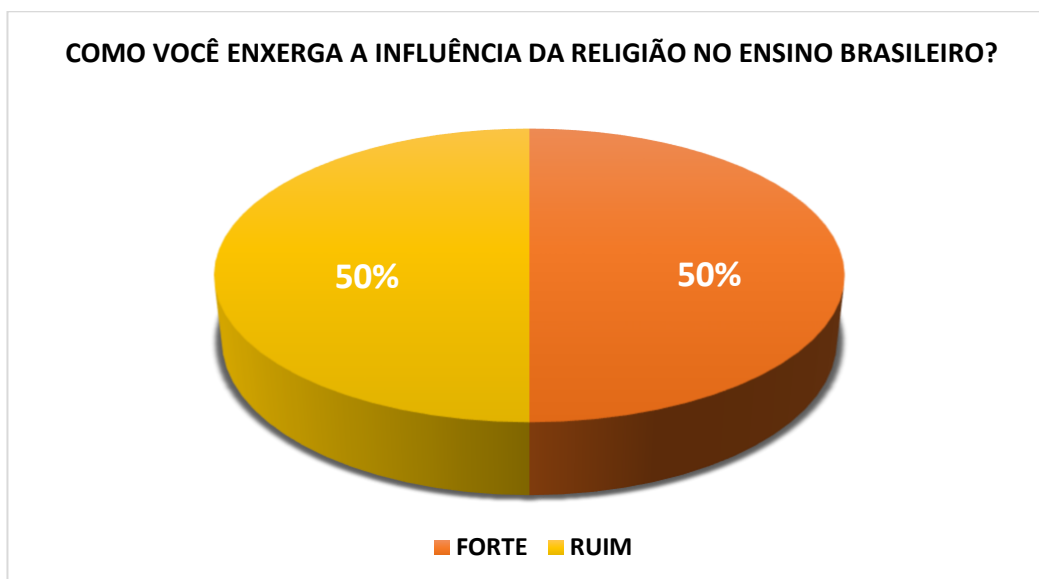


Figura 3.7 – Influência da religião no ensino brasileiro

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura 3.8, nota-se 50% dos entrevistados não tem filhos, seguido pelos 33% que apoiariam seus filhos se eles fossem membros da comunidade LGBTQIAP+, sucedido pelos 17% que afirmam que não apoiariam.

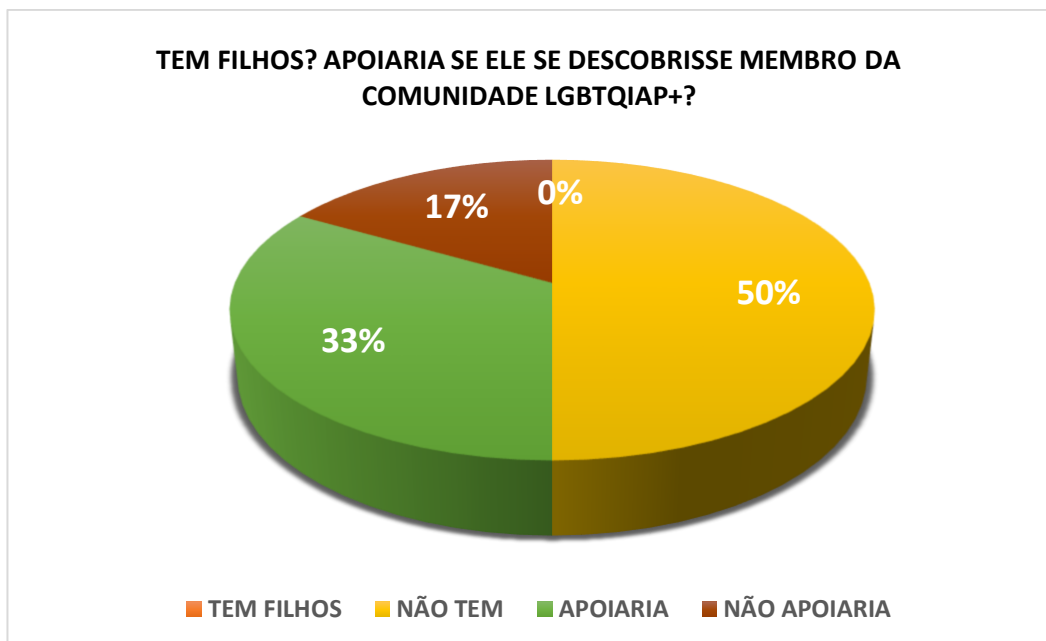


Figura 3.8 – Se tem filhos e se apoiaria se ele descobrisse membro da comunidade LGBTQIAP+

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A figura 3.9, informa que todos os entrevistados gostariam que houvesse mudança na Legislação que fosse mais eficiente em prol da comunidade LGBTQIAP+.



Figura 3.9 – Mudanças na legislação

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura 3.10, nota-se que todos os entrevistados apoiam a necessidade de incluir assuntos como identidade de gênero e orientação sexual na grade curricular.

POSICIONAMENTO SOBRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL NA GRADE CURRICULAR

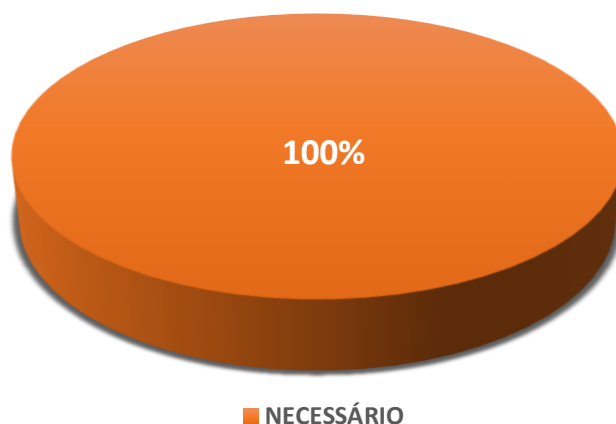


Figura 3.10 – Posicionamento sobre identidade de gênero e orientação sexual na grade curricular

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A figura 3.11, mostra que cerca de 17% dos entrevistados já se deixaram influenciar pela religião em certos assuntos na sala de aula, sucedido pelos 83% que afirmam nunca ter deixado isso acontecer.

JÁ SE DEIXOU INFLUENCIAR PELA RELIGIÃO AO ABORDAR DETERMINADOS ASSUNTOS NA SALA DE AULA?

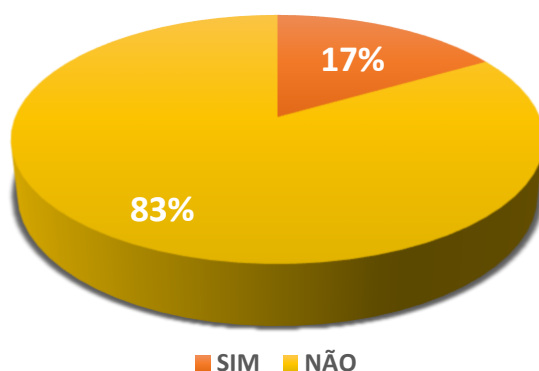


Figura 3.11 – Influência da religião ao abordar determinado assunto em sala de aula

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Observa-se na figura 3.12, que cerca de 83% dos professores afirmam já ter ajudado seus alunos a enfrentar o preconceito, seguido pelo restante que soma um total de 17% que nunca ajudou.

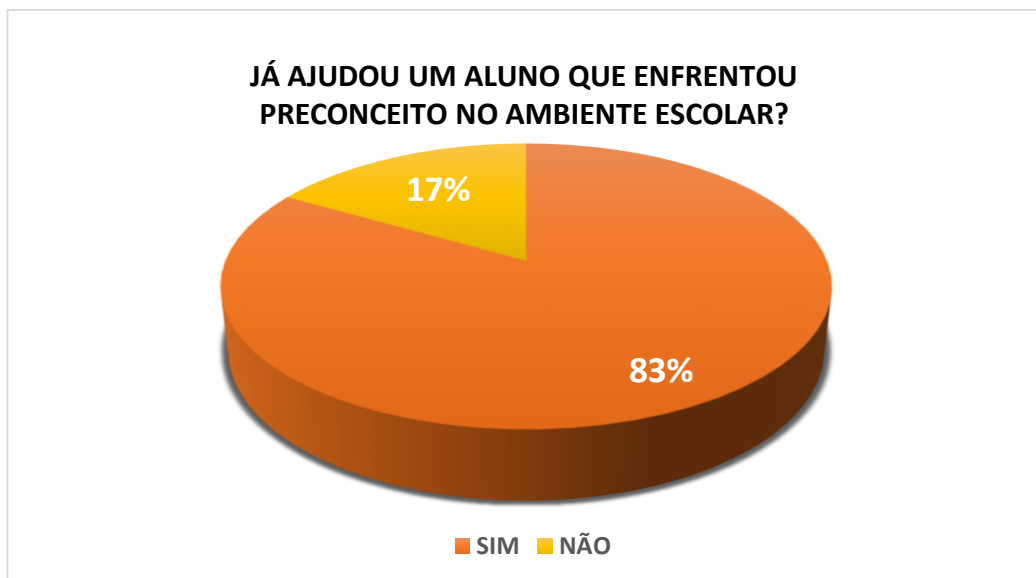


Figura 3.12 – Ajudar um aluno que sofreu preconceito

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

De acordo com a figura 3.13, 67% dos entrevistados já enfrentaram preconceito em uma entrevista de emprego. Seguidos pelos 33% restantes que afirmam nunca ter sofrido nenhum tipo de preconceito durante uma entrevista de emprego.

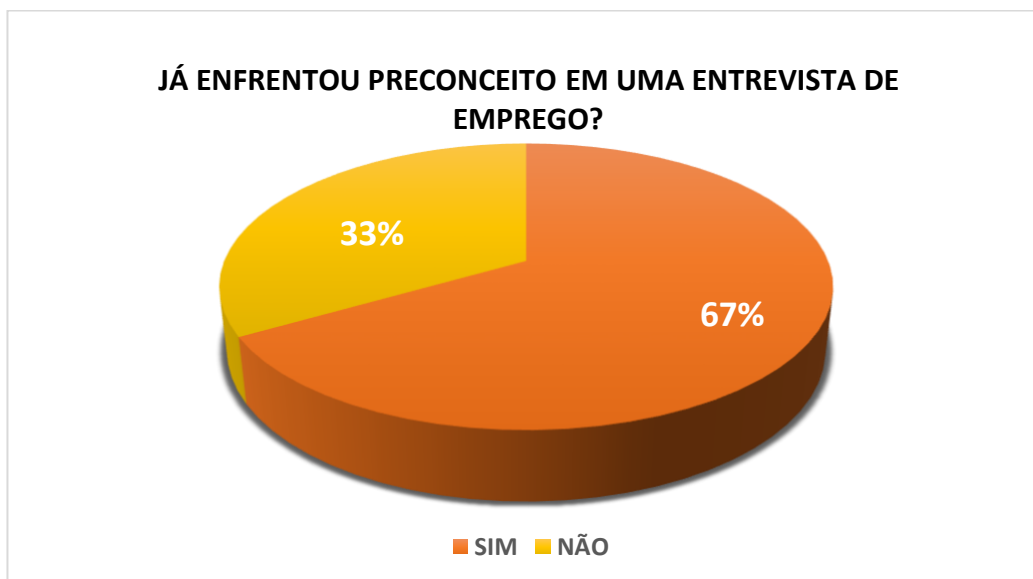


Figura 3.13 – Preconceito em entrevista de emprego

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura 3.14, verifica-se que 33% dos entrevistados já foram abordados por pais de alunos por determinados assuntos em sala de aula para ir contra os seus valores

familiares influenciados pela religião, sucedido pelos 67% que nunca tiveram esse problema.

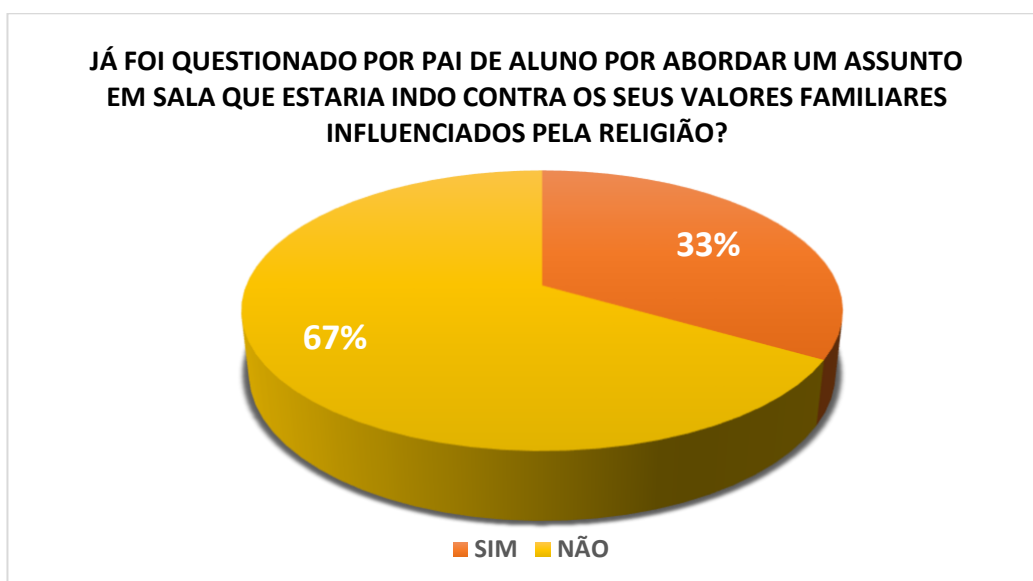


Figura 3.14 – Questionamento por pai de aluno

Fonte: Elaborado por autores (2022)

Observa-se na figura 3.15, que 67% dos entrevistados nunca foram questionados pela direção da escola sobre abordar em sala de aula um assunto que vai contra algum valor influenciado pela religião, seguido pelos 33% que já foram questionados.

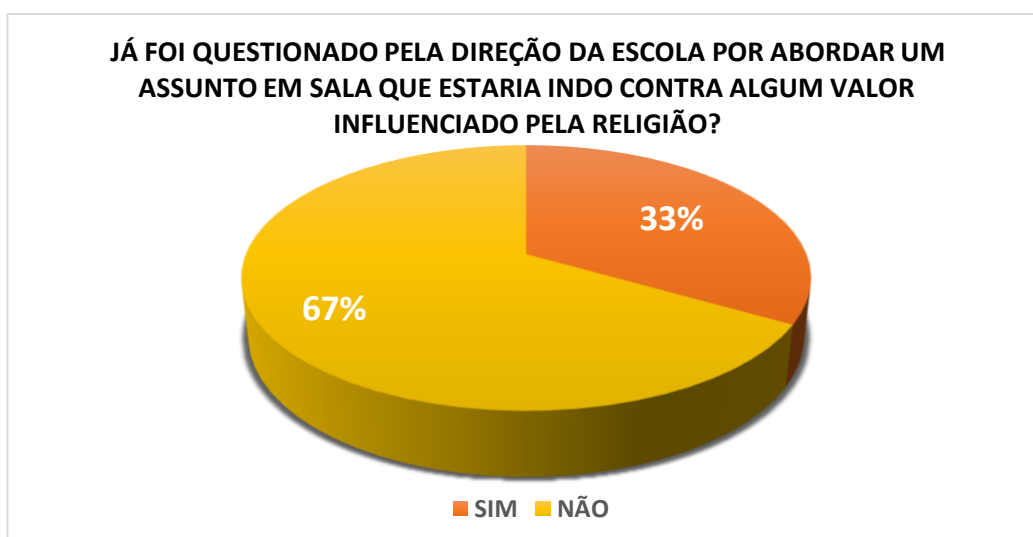


Figura 3.15 - Questionamento pela direção da escola

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Como pode-se ver na figura 3.16, dos entrevistados 50% já tiveram um professor LGBTQIAP+, seguido pelos outros 50% que não tiveram, mas gostariam de ter tido.

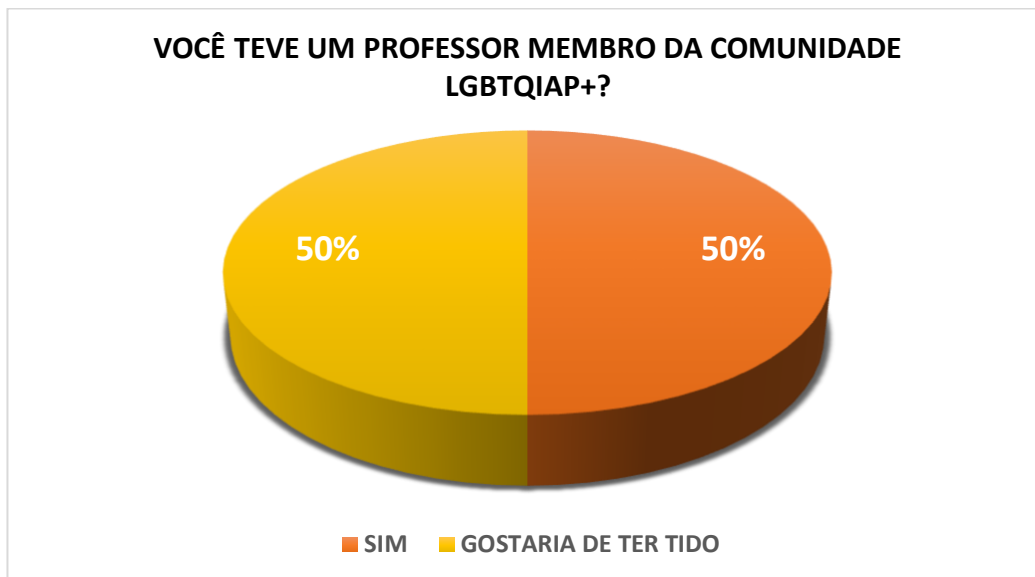


Figura 3.16 – Ter tido um professor membro da comunidade LGBTQIAP+

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A figura 3.17, informa que 67% dos entrevistados enxergam o papel professor LGBTQIAP+ como algo essencial, seguidos pelos 33% que enxergam como uma resistência contra o preconceito.

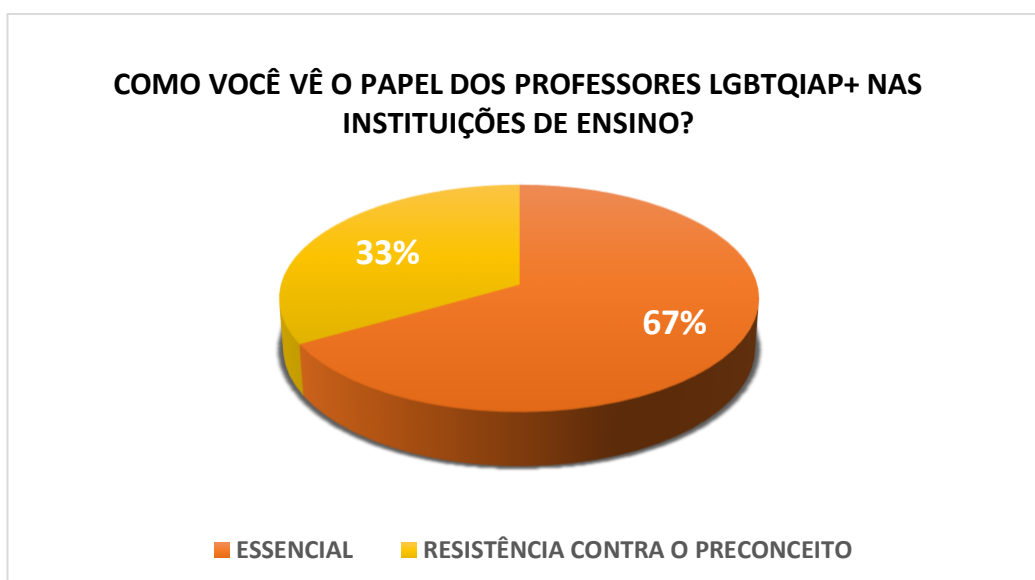


Figura 3.17 - O papel dos professores LGBTQIAP+ nas Instituições de Ensino

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Observa-se na figura 3.18, que 50% dos entrevistados apoiam a inclusão do vocabulário não-binário, seguido pelos outros 50% que acham indiferente.

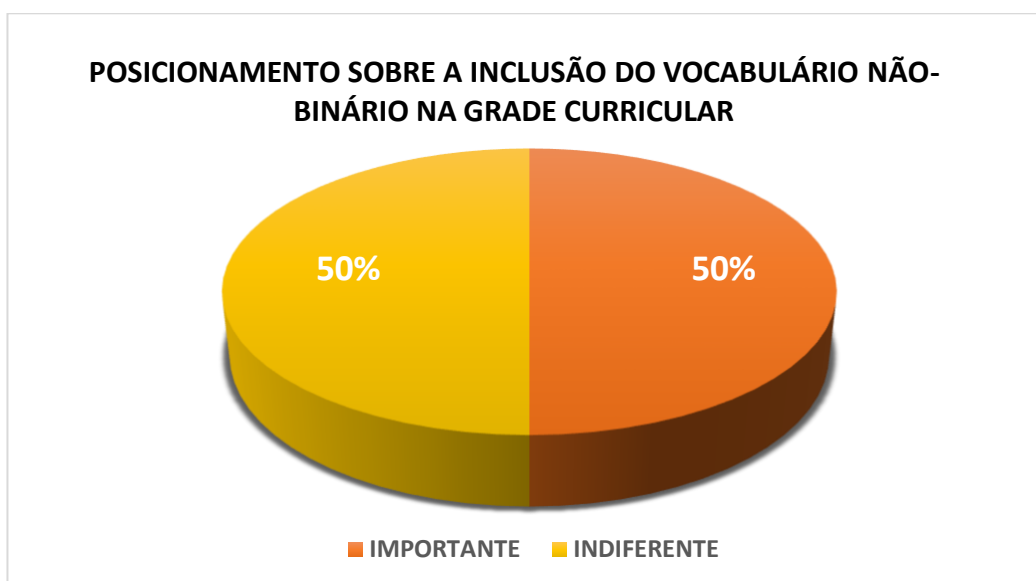


Figura 3.18 – Posicionamento sobre a inclusão do vocabulário não-binário na grade curricular

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

4. CONCLUSÃO

A orientação sexual e identidade de gênero são assuntos que dizem respeito exclusivamente a pessoa. Independentemente de como alguém se identifica e quem ama, o respeito é prioridade para que possamos ter um ambiente profissional justo e igualitário a todos, porque somente com isso poderemos seguir para um futuro mais próspero.

Em relação aos objetivos específicos propostos neste trabalho, podemos observar como a ignorância interfere muito na vida profissional e profissional de um LGBTQIAP+. Entre as dificuldades, foi destacado a exclusão social e a discriminação, sendo que 100% dos entrevistados afirmam já ter sofrido algum tipo de preconceito no ambiente de trabalho.

Sobre as formas de agressões contra os profissionais dentro da organização, de acordo com os questionários aplicados, não houve nenhuma agressão física por conta de sua orientação sexual, ou por como eles se identificam. E quanto a questão da dificuldade em continuar uma aula devido a homofobia, não houve uma concordância geral, sendo que 33% relataram ter dificuldades, seguido pelos 67% que se sentiram acolhidos pelos alunos.

Por sua vez, os entrevistados mostraram uma concordância geral em relação às mudanças na legislação a favor da comunidade LGBTQIAP+, isso mostra que mesmo as leis que foram criadas ao longo dos anos, sofrem uma insuficiência de aplicação diante aos abusos que ainda sofrem.

Sobre a religião, avalia-se que não deve interferir dentro do ambiente escolar, pois o nosso estado é laico e foi apresentado nesse trabalho que a sua influência pode causar atos discriminatórios, prática que não faz parte da proposta da educação. Cerca de 100% dos nossos entrevistados quando foram questionados sobre a influência da religião no ensino, concordaram sobre ela ser forte, e acreditando em ser ruim.

Por fim vemos a importância da participação de profissionais LGBTQIAP+ como forma de diversidade, permitindo que os alunos tenham um senso mais crítico em relação ao preconceito. E com a escola sendo um dos principais espaços de formação de jovens e adolescentes, sendo na maioria das vezes, o primeiro meio de socialização depois dos familiares, a participação desses profissionais seria uma

forma de se sentirem mais confortáveis sobre sua própria sexualidade e identidade de gênero sem medo de julgamento dos colegas ou familiares.

REFERÊNCIAS

7 Direitos LGBTQIA+ para conhecer e respeitar. **editaforum**, 2022. Disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-para-conhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

As dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+. Fundo Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/as-dificuldades-enfrentadas-pelas-pessoas-lgbtqia/>. Acesso em: 29 de agosto, 2022.

BÁRBARA, Martins. O PROFESSOR LGBT NA ATUALIDADE. Sinted, 2021. Disponível: <https://sinted.org.br/o-professor-lgbt-na-atualidade/>. Acesso em: 29 de agosto, 2022.

BEZERRA, L. Juliana. Preconceito contra LGBTQIA+ ainda é problema na saúde. **VEJA**, 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/preconceito-contralgbtqia-ainda-e-problema-na-saude/>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

CARDIAL, Karen. Orientação sexual e identidade de gênero: escola precisa saber incluir. **revistaeducacao**, 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/10/01/identidade-de-genero-orientacao-escola/#:~:text=De%20acordo%20com%20Saulo%20Vito,para%20poder%20ser%20quem%20%C3%A9>. Acesso em: 15 de agosto, 2022.

Comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho e seus desafios. **Catho**, 2021. Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/lgbt/comunidade-lgbtqia-no-mercado-de-trabalho-e-seus-desafios/>. Acesso em: 29 de agosto, 2022.

COSTA, Dedila. Diversidade e Liderança LGBT nas empresas: o que saber?. **Gupy**, 2021. Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/lideranca-lgbt-nas-empresas>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

Desemprego e insegurança financeira pioram entre os LGBTQIA+, diz estudo. **Exame**, 2021. Disponível em: <https://exame.com/bussola/desemprego-e-inseguranca-financeira-pioram-entre-os-lgbtqia-diz-estudo/>. Acesso em: 22 de agosto. 2022.

Direitos trabalhistas: principais regras da CLT e dúvidas respondidas. **factorialhr**, 2021. Disponível em: <https://factorialhr.com.br/blog/direitos-trabalhistas/>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

GOMES, S. Danilo. A alienação religiosa no pensamento de Karl Marx. **pensamentoextemporaneo**, 2011. Disponível em: <https://pensamentoextemporaneo.com.br/?p=1833>. Acesso em: 15 de agosto, 2022.

GONZALEZ, Mariana. 'Planto respeito': professores LGBTQs combatem preconceito em sala de aula. **Uol**, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/06/28/professores-lgbtqia.htm>. Acesso em: 29 de agosto, 2022.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA: LEIS DO TRABALHO E SUAS RECENTES ATUALIZAÇÕES. **Estácio**, 2022. Disponível em: <https://blog.estacio.br/esta-na-midia/o-que-e-legislacao-trabalhista/>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

LGBTQIAP+: os desafios enfrentados na sociedade e mercado de trabalho. **Conexão Saúde**, 2022. Disponível em: <https://www.conexasaude.com.br/blog/lgbtqiap/>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

MAIA, Daniela. Intolerância e violência contra grupos LGBTQIA+ e a criminalização da homofobia. **labdicasjornalismo**, 2021. Disponível em: <https://labdicasjornalismo.com/noticia/8372/intolerancia-e-violencia-contra-grupos-lgbtqia-e-a-criminalizacao-da-homofobia>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

MARADEI, Giovanna. Professores contam como é ser LGBT na escola onde trabalham. **Uol**, 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/31/professores-contam-como-e-ser-lgbt-na-escola.htm>. Acesso em: 29 de agosto, 2022.

MORAIS, Pâmela. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela?. **politize**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 15 de agosto, 2022.

ORGULHO: 10 DIREITOS CONQUISTADOS PELA COMUNIDADE LGBT+. **marello.legal**. Disponível em: <https://marello.legal/novidades/direitos-lgbt-lesbica-gay-homossexual-casamento-heranca-pensao-homofobia-genero>. Acesso em: 15 de agosto, 2022.

Os direitos LGBT+ no Brasil. **politize**, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/os-direitos-lgbt-no-brasil/#:~:text=Dessa%20forma%2C%20fica%20assegurada%20%C3%A0,dos%20direitos%20civis%20e%20pol%C3%ADticos>. Acesso em: 22 de agosto, 2022.

Para que serve a religião. **publico.pt**, 2012. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/04/17/jornal/para-que-serve-a-religiao-24383956>. Acesso em: 15 de agosto, 2022.

PORFÍRIO, Francisco. Estado laico. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/estado-laico.htm>. Acesso em 15 de agosto, 2022.

Professora demitida por ser lésbica ganha R\$ 25 mil de indenização. **midiamax**, 2016. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2016/professora-demitida-por-ser-lesbica-ganha-r-25-mil-de-indenizacao/>. Acesso em: 15 de agosto, 2022.

QUEIROZ, L. Ana. Professores LGBT são demitidos por ficarem noivos e alunos paralisam escola. **Estado de Minas**, 2022. Disponível em:

APÊNDICES

APÊNDICIE A

Formulário de pesquisa para evidenciar como o preconceito pode afetar a vida dos professores.

1- Idade dos entrevistados

Resposta:

2- Quando você se descobriu membro da comunidade LGBTQIAP+?

Resposta:

3- Quando você se assumiu membro da comunidade LGBTQIAP+?

Resposta:

4 - Você já enfrentou algum preconceito no ambiente de trabalho?

() Sim

() Não

5 - Já teve dificuldades em continuar uma aula por causa de preconceito?

() Sim

() Não

6 - Já foi agredido fisicamente por ser membro da comunidade LGBTQIAP+?

() Sim

() Não

7 - Como você enxerga a influência da religião no ensino brasileiro?

() Forte

() Ruim

8 - Tem filhos? Apoiaria se ele se descobrisse membro da comunidade LGBTQIAP+?

Resposta:

9 - Mudanças que gostaria que houvesse na legislação para que ela seja mais eficiente com os membros da comunidade LGBTQIAP+.

Resposta:

10 - Posicionamento sobre identidade de gênero e orientação sexual na grade curricular.

Resposta:

11 - Já se deixou influenciar pela religião ao abordar determinados assuntos na sala de aula?

Sim

Não

12 - Já enfrentou um aluno que enfrentou preconceito no ambiente escolar?

Sim

Não

13 - Já enfrentou preconceito em uma entrevista de emprego?

Sim

Não

14 - Já foi questionado por pai de aluno por abordar um assunto em sala que estaria indo contra os seus valores familiares influenciados pela religião?

Sim

Não

15 - Já foi questionado pela direção da escola por abordar um assunto em sala que estaria indo contra algum valor influenciado pela religião?

Sim

Não

16 - Você teve um professor membro da comunidade LGBTQIAP+?

() Sim

() Gostaria de ter tido

17 - Como você vê o papel dos professores LGBTQIAP+ nas Instituições de Ensino?

Resposta:

18 - Posicionamento sobre a inclusão do vocabulário não-binário na grade curricular.

Resposta: